



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo nº 0584/2024 (Flowdocs)

EMPRESA: Recurso: Vetorial Serviços Técnicos LTDA;
Contrarrazão: Não houve.

Processo Licitatório: 12350/2023

Referente à:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023

DATA DA ABERTURA: 13 de dezembro de 2023

HORÁRIO: 10:00

DO OBJETO:

REFORMA E CONSTRUÇÃO DA NOVA ESCOLA EM CAMBOATÁ (CIEP), NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, em conformidade com as especificações contidas nos anexos: I – Orçamento, II – Memória de Cálculo, III – Cronograma, IV – BDI, V - Caderno de Encargos, VI – Projeto básico – arquitetura I, VII – Projeto básico – arquitetura II, VIII – Projeto básico – demolir e a construir, IX – Projeto básico – fachada e cortes, X - Projeto levantamento planialtimétrico, XI Projeto levantamento planialtimétrico e implantação, XII – Projeto de implantação I, XIII – Projeto de implantação II, XIV – planta de terreno, XV - Laudo de sondagem, XVI – Parecer técnico, XVII – ART, XVIII - Minuta de Contrato, XIX - Metodologia para cálculo de garantia adicional, XX - Declaração de Idôneo, XXI - Declaração de Conformidade com o Edital e seus Anexos, XXII – Declaração de Conhecimento dos Locais e Condições, XXIII – Declaração de Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e XXIV – Carta de Preposição, que são parte integrante do presente edital.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Concorrência do tipo menor preço global, com subcontratação de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48, inciso II da Lei Complementar n.º 123/2006 com redação dada pela LC n.º 147/2014, regida pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas posteriores alterações. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 26/10/2023, no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 27/10/2023, Diário Oficial da União em 27/10/2023, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA TEMPESTIVIDADE:

O presente recurso foi interposto dentro do prazo legal, portanto tempestivo, pela empresa **Vetorial Serviços Técnicos LTDA**, em 22 de dezembro de 2023.

Para os prazos do julgamento do presente processo foi considerado o Art. 109, I, da Lei nº 8.666/1993.

DO INICIAL:

O Presidente substituto e Comissão de Licitação deste Município, instituída pela Portaria nº 28/2023, referente a Concorrência nº 001/2023, julga e responde o recurso interposto pelo empresa **Vetorial Serviços Técnicos LTDA**, insatisfeita com a decisão da Comissão em 14/12/2023, após a continuidade do certame licitatório inicializado em 13/12/2023 às 10 horas.

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos".

Conforme Ata de Sessão Pública da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto em anexo, o procedimento licitatório foi realizado no dia e horário informado acima, tendo presentes a Presidente da Comissão, Sra. **FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**, e os membros RÉGIS SILVEIRA DA SILVA, ANA PAULA MAGRANI DA CUNHA, RAYANE DE SOUZA STOLTZEMBURG (Diretora de Contabilidade), RODRIGO GAMA, RÚBIA ESTEVES MACHADO BRAGA, EVERTON FERREIRA MACHADO e ANDRÉ DA SILVA GONÇALVES (Diretor do Setor Técnico da Secretaria de Planejamento) e o funcionário TALLIS PEREIRA ZIMBRÃO (engenheiro Civil). Compareceram ao certame as empresas: **C. PACHECO CONSTRUÇÕES EIRELI, CONSTRUTORA MICA RIO LTDA, CONSTRUCON CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA, FORTE FERRAGENS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA e TECHSTEEL LTDA.**

DO RECURSO APRESENTADO:

Empresa: **Vetorial Serviços Técnicos LTDA**

Sendo assim, em breve síntese, a empresa recorrente discorda da decisão da Comissão, quanto a sua inabilitação, manifestando Seu direito de recorrer com base nas "*razões a serem expostas durante prazo recursal.*"

No recurso interposto, a empresa Vetorial Serviços Técnicos LTDA, informa que após "*análise dos documentos pelo representante do Setor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão o qual declarou a inabilitação na qualificação técnica. Alegou, o mesmo, que não foram apresentados os atestados de capacidade técnica dos profissionais responsáveis técnicos vinculado ao quadro da empresa junto ao órgão da classe (CREA) e que não apresentamos comprovação de vínculo profissional formal dos representantes técnicos. Baseando-se nos itens 4.1.1.1.10.2 e 4.1.1.1.10.4.1 do edital.*" a mesma esclarece que "*sobre a Sônia havia contrato de prestação de serviços junto à empresa assinado e com firmas reconhecidas. Contrato este autenticado durante o certame pela comissão e, com isso, já demonstrado o vínculo formal. Já os técnicos do quadro estavam em certidão do CREA contante no envelope A. Por isto, por si só, não haveria justificativas para a inabilitação do certame.*" E considerando declaração de outra empresa concorrente (Construtora Mica Rio LTDA) a respeito de apresentação de atestados não averbados no CREA pela empresa Vetorial a mesma aproveita para "*reforçar que os atestados profissionais da Sônia são eletrônicos e sim, estão averbados.*" Continua a empresa alegando que "*Da interpretação literal do referido dispositivo, pode se chegar ao entendimento equivocado de que já na fase de habilitação, onde não há qualquer confirmação da contratação, o interessado já tenha que possuir profissional vinculado ao seu quadro de funcionários e que inclusive já esteja vinculado à empresa como responsável técnico perante conselho profissional, para que possa incluí-lo como integrante da equipe técnica indicada para a potencial prestação do serviço.*" "*Tal interpretação, no entanto, é manifestamente equivocada, pois significaria dizer que, antes mesmo de ser divulgado o resultado da licitação, os interessados já precisariam contratar e pagar antecipadamente por um profissional, além de providenciar a inclusão de tal profissional como*

responsável técnico perante o conselho profissional, antecipando todos os custos financeiros decorrentes da potencial contratação, sem qualquer garantia da efetiva contratação.” Alega ainda que o edital “traz confusão quanto à obrigatoriedade de que o profissional já possua vínculo com a mesma antes da assinatura do contrato” e traz como fundamento o artigo 67, inciso I da nova lei de licitações (14.133/2021) e informa que a referida lei retira “expressamente a regra prevista na legislação anterior de que o profissional já deveria integrar o quadro permanente da empresa na fase de habilitação.” Apresenta também os Acórdãos 1.084/2015, 1.446/2015, 3.014/2015 e 2.282/2011 do Tribunal de Contas da União (TCU) e súmula 10 do TCE-RJ alegando que ambas “passaram a dar, com base no princípio da ampla competitividade, interpretação mais extensiva ao art. 30, I, da Lei Federal nº 8.666/93, passando-se a aceitar a comprovação da capacidade técnico-profissional por meio de contrato de prestação de serviços, estatuto ou contrato social, ou, ainda por mera declaração de disponibilidade para contratação futura.” Alega a empresa, assim, que basta “a promessa escrita e assinada pelo profissional de que se compromete a ser o futuro responsável técnico pela execução do contrato, no caso da empresa ser vencedora do certame.” Sendo comprovada através dos seguintes documentos: “a) carteira de trabalho; b) ficha de empregado; c) contrato de trabalho; d) vínculo societário; e) contrato de prestação de serviço; e f) declaração de contratação futura com anuência do profissional.” Aborda também sobre prejuízos às empresas quanto à contratação de responsável técnico sem que viessem a serem declaradas vencedoras do certame e prejuízo também à Administração Pública por contar com um “número menor de interessados nas licitações”. Argumenta ainda que a comprovação através de contrato de prestação de serviço “pode ser apresentado já por ocasião da entrega das propostas” em substituição às demais formas de comprovação devido tratar-se de “compromisso assinado, mediante o qual esse profissional se compromete a participar da execução contratual”. Informa o entendimento do TCU acerca do tema e que “outras formas de vínculo também devem ser aceitos, a exemplo de contrato social e de contrato de prestação de serviços.” Relembra que a Administração Pública pode autorizar a substituição do responsável técnico ao longo da execução do contrato destacando, que “esse vínculo não precisa vigorar até o encerramento do contrato firmado com a Administração Pública.” Apresentando orientação do TCU quanto ao princípio do formalismo moderado pela Administração Pública, se baseando tanto na lei 8.666/1993 quanto na lei 14.133/2021. Finaliza fazendo seus pedidos:

- 1) Seja recebido o presente recurso;
- 2) Seja revista a decisão que inabilitou a empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA pelo fato da mesma ter atendido todo o solicitado no edital;
- 3) Que seja declarada como habilitada no certame;
- 4) Que sendo necessário, promovam diligências à empresa para esclarecer qualquer dúvida que restar.

DO CONTRARRRECURSO APRESENTADO

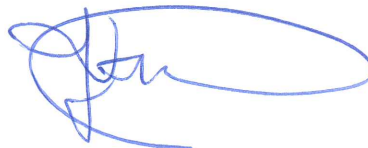
Não fora apresentado contrarrazão ao recurso interposto.

DO JULGAMENTO:

Observados os ritos legais, o recurso apresentado, antes da manifestação da Comissão, foi enviado ao Setor Técnico, tendo em vista que a inabilitação da empresa se deu pela parte técnica quanto aos itens 4.1.1.1.10.2 e 4.1.1.1.10.4.1. os quais seguem:

(...)

4.1.1.1.10.2 A licitante deverá comprovar a execução dos serviços de maior relevância, que poderá constar de atestados diversos, desde que o(s) item(ns) a seguir esteja(m) integralmente comprovado(s):



- Itens referentes à estrutura de concreto armado;
- Itens referentes à execução de instalações elétricas, instalações hidráulicas, instalações sanitárias e instalações de incêndio e SPDA;
- Itens referentes à trabalho com andaimes;
- Itens referentes à execução de cobertura metálica;

(...)

4.1.1.1.10.4.1 A comprovação de vínculo profissional formal do responsável técnico com o licitante deverá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

I. No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o número de registro, qualificação civil ou contrato de trabalho;

II. No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro do Comércio competente, do domicílio ou da sede do licitante;

III. No caso de profissional autônomo: contrato de prestação de serviços e ART/RRT, de cargo ou função, como responsável técnico da empresa licitante.

OBS.: (Os documentos acima deverão ser apresentados com firma reconhecida em cartório competente).

(...)

O Senhor Diretor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão destaca que o "(...) vínculo profissional formal com a licitante, devidamente comprovado por documentação pertinente, na data prevista para entrega da proposta e que conste na Certidão de Registro do CREA ou CAU como responsável técnico da licitante (...)" conforme item 4.1.1.1.10.4 do edital não foi cumprido, sendo que a inabilitação deu-se pela Engenharia "Sonia Ribeiro de Jesus não está no quadro da empresa na data da entrega das propostas." Continua informando que, embora a empresa recorrente mencione acórdão (1.084/2015) do TCU quanto a comprovação de vínculo profissional do responsável técnico com a licitante prevista no art. 30 da lei 8.666/1993 não foi este o motivo de inabilitação da empresa. Menciona o acórdão 3.014/2015 que diz "é ilegal a exigência de que o responsável técnico conste de quadro permanente da licitante em momento anterior à data prevista das propostas, nos termos do art. 30, §1º, inciso I da lei 8.666/1993" esclarecendo que o pedido é que o "responsável técnico (...) esteja no quadro técnico da empresa na data prevista das propostas, o mesmo não foi exigido em momento anterior a data prevista das propostas, não ferindo a lei que rege a licitação e tão pouco os Acórdão do Tribunal de Contas." Finaliza entendendo que não houve novo entendimento do Tribunal de Contas, em relação ao art. 30, §1º da lei 8.666/1993 quanto a data de entrega das propostas e que a recorrente não comprovou (o vínculo) no devido tempo. Opinando pelo prosseguimento do certame licitatório.

A Procuradoria Geral do Município se manifesta em seu parecer dizendo "Considerando o recurso interposto pela empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. referente ao não cumprimento do item 4.1.1.1.10.2 e 4.1.1.10.4.1 do edital e a inexistência de contrarrazões dos demais participantes, conforme se verifica no evento #6, bem como o parecer técnico constante no evento #4, em especial a situação de que a inabilitação da recorrente ocorreu pelo fato de que a responsável técnica não constava do quadro na data de entrega das propostas, nos termos previstos no §1º do artigo 30 da Lei nº 8.666/93. Considerando que se trata de não atendimento de item técnico constante da Lei e do edital do certame, condição *sine qua non* para a habilitação de interessados em participar da licitação, não há como acolher a pretensão recursal, razão pela qual opino pela INABILITAÇÃO da empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA., ora recorrente. Encaminho à Divisão de Licitação para deliberação."

Importante ressaltar que o presente certame está baseado na lei 8.666/1993 e o recurso dispõe de alguns elementos baseados na lei 14.133/2021 e que é vedado a aplicação combinada das leis.

Por todo o exposto essa Comissão opina:

Tendo em vista o RECURSO apresentado pela empresa Vetorial Serviços Técnicos LTDA;
Tendo em vista o entendimento do Setor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão e parecer da Procuradoria Geral do Município, bem como, pelas razões acima expostas, essa Comissão opina pelo indeferimento do recurso apresentado.

DA DECISÃO:

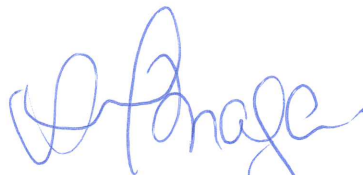
Diante do exposto, essa Comissão, em conjunto com o entendimento do Setor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão e parecer da Procuradoria Geral do Município, opina em indeferir o recurso apresentado pela empresa, permanecendo inabilitada a empresa **Vetorial Serviços Técnicos LTDA**, enviando o presente processo para autoridade superior, o Exmo. Senhor Prefeito, para deliberação. Após que seja dado ciência desta decisão a Requerente, bem como, as demais empresas e que a resposta seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sivriopreto.rj.gov.br/licitacao>. Por fim, que a Comissão de Contratação se reúna quanto ao prosseguimento do processo licitatório.

São José do Vale do Rio Preto, 23 de janeiro de 2023



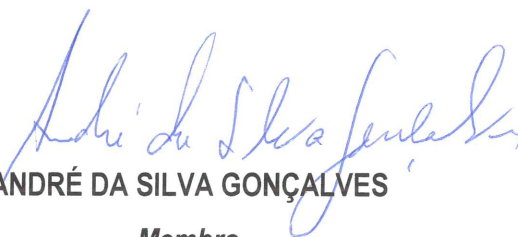
RÉGIS SILVEIRA DA SILVA

Presidente Substituto da CPL



RUBIA ESTEVES MACHADO BRAGA

Membro



ANDRÉ DA SILVA GONÇALVES

Membro



RODRIGO GAMA

Membro